

Menos casos de uniões prematuras em Muembe

Notícias; Niassa em Foco, 10.06.2021, pág. 02, ed. n.º 31-321

O DISTRITO de Muembe regista nos últimos tempos uma tendência de redução de casos de uniões prematuras, fenómeno que inquieta a sociedade moçambicana e que levou organizações da sociedade civil a proporem uma lei específica para o seu combate. O instrumento jurídico foi aprovado pela Assembleia da República e que depois seguiu a sua divulgação.

Com efeito, Assane Saide, responsável pela repartição de Saúde e Acção Social em Muembe, disse que oito raparigas com idades compreendidas entre 12 e 15 anos que viviam maritalmente com indivíduos de maior idade, em diferentes pontos do distrito foram resgatadas ao longo do primeiro trimestre e devolvidas ao convívio familiar.

Os pais e encarregados de educação das crianças em referência garantiram, segundo o responsável, devolver as filhas à escola para que prossigam com os estudos.

No primeiro trimestre do ano

passado, cerca de quinze raparigas estiveram em uniões prematuras e algumas engravidaram precocemente. O sector da saúde e acção social enfrenta dificuldades para acompanhar a situação social daquele grupo de raparigas, alegadamente porque se transferiram das zonas de origem para outras onde se acredita estejam a desenvolver actividades agrícolas para o sustento.

A fonte salientou que, anualmente, o distrito regista um número considerável de raparigas que abandonam as aulas devido aos ritos de iniciação, que por seu turno concorrem para uniões prematuras e gravidez precoce durante o período lectivo.

“Adoptámos a estratégia de sensibilizar à rapariga através de palestras para falar de gravidez precoce que resulta da união prematura. Porque os pais e encarregados de educação têm um papel importante para prevenir a ocorrência de uniões prematuras e gravidez precoce, divulgamos a lei

sobre a matéria e acreditamos que o trabalho está a produzir resultados positivos”, salientou Assane Saide.

As uniões prematuras no distrito de Muembe ocorrem com maior frequência nas comunidades de Chiuanjota, Indite e Lussunguene e as autoridades governamentais locais apontam que a prática faz parte da cultura e tradição da população local.

Os ritos de iniciação, segundo as autoridades, visam anunciar a entrada de crianças na fase de adolescência, que exige maior acompanhamento dos pais e encarregados de educação, mas algumas famílias adulteram esse princípio e permitem, especialmente às raparigas, que possam se unir maritalmente com jovens incluindo pessoas adultas.

No presente ano, segundo o entrevistado, três pessoas indiciadas de promover uniões prematuras foram detidas. Ainda não é conhecido o desfecho do processo que foi encaminhado à Procuradoria distrital.